



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº 002/2023

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 76.907/2023 e parecer técnico nº 48/2023, concede a presente AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL à:

1. EMPREENDEDOR

Nome: ANA CLARA PESCADOS LTDA.
Endereço: Rua Lindolfo Andre Linhares, nº 359, Bairro Barra
CEP: 88.332-215 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
CPF / CNPJ: 26.648.165/0001-68

2. PARA ATIVIDADE DE

Atividade: 26.60.00 – Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado, exceto entreposto de pescados.
Empreendimento: Ana Clara Pescados Ltda.
Porte: Inferior a pequeno
Potencial Poluidor Geral: Grande

3. LOCALIZADA EM

Endereço: Rua Lindolfo Andre Linhares, nº 359, Bairro Barra
DIC: 30925
CEP: 88.332-215 Município: Balneário Camboriú Estado: SC
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 738.199,2 – (Y): 7.010.379,7

4. DA VIABILIDADE E OPERAÇÃO

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, **autoriza a operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

5.1. Nome do Empreendimento: Ana Clara Pescados Ltda.
5.2. Zoneamento Urbano: ZACS-I – Zona de Ambiente Construído Secundária
5.3. Descrição: Preparação de pescados e frutos do mar, com área útil de 100 m² e capacidade de produção diária de 1.000 kg.
5.4. Necessidade de supressão vegetal: Não
5.5. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto.
5.6. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município.
5.7. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública.

6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

7.1. ART nº 9026489-3
Responsável técnico: Leandro Freitas (CREA/SC 128252-9)
Atividades: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (elaboração)

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

7.1. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições e restrições dispostas na Autorização Ambiental, devendo ser mantida cópia desta no local da atividade.
7.2. As atividades desenvolvidas na área deverão ser conduzidas em cumprimento às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho e demais normas aplicáveis ao ambiente, nos termos da legislação trabalhista brasileira.
7.3. A empresa deverá promover o treinamento de seus funcionários, capacitando-os para a operação dos equipamentos, matérias-primas e resíduos, prevenção de acidentes e melhoria contínua dos processos.
7.4. O empreendimento deverá operar conforme a legislação sanitária e de segurança exigidas pelos órgãos competentes.
7.5. O empreendedor deverá manter o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) vigente em local visível e de fácil acesso, quando couber.
7.6. O empreendedor deverá manter atualizadas as cópias de Licença de Operação de empresas que vierem a executar serviços de coleta/transporte/disposição/tratamento de resíduos/efluentes/emissões para o estabelecimento.
7.7. O armazenamento de reagentes, produtos, insumos e resíduos deverá respeitar a legislação vigente e normas técnicas adequadas.
7.8. <u>Quanto aos resíduos sólidos:</u> 7.8.1. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos. 7.8.2. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) deverá ser mantido durante todo o período de vigência desta Autorização. 7.8.3. Os resíduos gerados na atividade deverão ser segregados, acondicionados e destinados conforme a legislação ambiental vigente. 7.8.4. Os resíduos oriundos do processo de limpeza do pescado, bem como os impróprios para consumo, deverão ser destinados para empresa devidamente licenciada. 7.8.5. Os demais resíduos deverão ser recolhidos pela empresa responsável pela coleta pública municipal. 7.8.6. O empreendedor é responsável por verificar o licenciamento ambiental das empresas contratadas para o gerenciamento de seus resíduos. 7.8.7. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação. 7.8.8. Fica proibida a queima a céu aberto de resíduos sólidos de qualquer natureza. 7.8.9. O empreendimento não gera resíduos perigosos (Classe I). 7.8.10. As instalações deverão ser mantidas em boas condições de higiene, evitando a proliferação de vetores e parasitas.
7.9. <u>Quanto às emissões atmosféricas:</u> 7.9.1. O empreendimento não gera emissões atmosféricas.
7.10. <u>Quanto ao uso da água e geração de efluentes:</u> 7.10.1. Este documento não autoriza a perfuração ou utilização de poços para captação de água. 7.10.2. O empreendimento não gera efluentes industriais. 7.10.3. A água residual proveniente da limpeza dos pescados deverá ser encaminhada para a rede pública de esgoto sanitário (EMASA), não podendo ser lançada na rede de drenagem pluvial.
7.11. No prazo de 60 dias contados da data de emissão da presente Autorização Ambiental, o empreendedor deverá apresentar Certificado de Regularidade Sanitária emitido pela EMASA, conforme Art. 3º da Lei Municipal nº 4.260/2019.
7.12. Toda a matéria-prima utilizada deverá ser proveniente de fornecedores regularizados.
7.13. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.
7.14. Qualquer alteração nas especificações dos projetos e/ou informações apresentadas deve ser precedida de anuência do órgão ambiental.
7.15. Deverão ser apresentados, até o dia 31 de janeiro de cada ano , durante toda a vigência deste documento, relatórios de cumprimento das condições específicas e condicionantes da AuA, incluindo relatório dos resíduos sólidos gerados, contendo os comprovantes de entrega nas empresas destinadoras (Certificados de Destinação Final).
7.16. Os relatórios anuais, bem como quaisquer documentos referentes a este processo, devem ser encaminhados via Protocolo nº 76.907/2023.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
8.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

8.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.

8.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

9. CONDIÇÕES PARA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

9.1. Deverá ser requerida a Renovação da Autorização Ambiental (AuA) conforme Instrução Normativa Nº 04 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:

9.2. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento das condições específicas da AuA.

PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	4	dezembro	2023
Local	dia	Mês	Ano

Maria Heloisa Furtado Lenzi
Secretária de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Renovação da Autorização Ambiental deve ser requerida antes do vencimento desta AuA.

V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.